imaginávamos para a nossa sociedade. E não apenas isso, pois como visto, é uma ferramenta extremamente funcional para os alunos dos últimos anos do Ensino Fundamentais, com diversas aplicações.

Porém, tudo isso só pode chegar até ao todos os jovens e crianças da atualidade através de diversas mudanças que ocorreram em todo o processo educacional. Apesar do processo de aprendizado sempre existir e estar presente na vida da população desde os tempos mais remotos, as escolas foram existir a apenas alguns séculos e se popularizando cada vez mais.

Desta forma, a raça humana viveu um momento muito importante para o seu desenvolvimento, visto que, a partir de mais pessoas educadas, nossa sociedade evoluiria cada vez mais. Deste modo, podemos ver a cada dia que passa evoluções relacionado ao tema educação e o enfoque deste artigo, as Artes Visuais, foram trazidas como matéria obrigatória para os alunos desde o ensino básico até o momento que saem da escola.

Isso ocorre devido a importância que ela tem no desenvolvimento do aluno, não apenas em âmbitos acadêmicos, mas também naquilo que tange a parte social. Contudo, vemos nos anos finais do Ensino Fundamental as Artes Visuais como indispensável, devido ao fato de ajudar o aluno em tudo o que tange a expressão dele como ser humano.

Apesar de ser uma fase complexa em nossas vidas, pois, é quando começamos a explorar o mundo de forma mais pensante, as Artes Visuais ajudam no processo de nos manifestarmos, de forma criativa e elucidada.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. S. F. FRANCO, Sandra A. P. Formação: Educar a quem e de que forma? Uma análise dos métodos que embasam a prática pedagógica do professor. Disponível em: < http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2060.pdf >. Acesso em: 27 de ago. de 2022

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1989

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília,

MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofi nal.pdf Aceso em 27 de ago. de 2022

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T; FUSARI, Maria F. de Rezende e. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Raiane Arruda Pereira de,. ARTES VISUAIS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO FUNDAMENTADO NA INTERDISCIPLINARIDADE. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/415/TCC-RAIANE%20OLIVEIRA%20RU%201301543.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

CONTRA A PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO: O "CÍRCULO" NA GRADE CURRICULAR DO CURSINHO POPULAR FLORESTAN FERNANDES

TALITA ZANATTA ALVES

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui segue tratará do cursinho popular Florestan Fernandes, unidade da Rede Emancipa, enfatizando os chamados de "Círculos", que consistem em um espaço destinado ao debate de temas atuais, sobretudo, neste caso, da discussão das opressões.

Para tal, tendo em conta o machismo presente não apenas nas relações entre os gêneros, mas também que prepondera no discurso. Optamos por utilizar o feminino como o lugar do genérico. Deste modo, quando usamos professoras, alunas, abarcamos homens e mulheres.

A coisa primeira a ser alcançada na luta pela igualdade é a percepção das atuais diferenças. Então, é a uma visão lúcida e crítica das diferenças mesmas que precisamos estar expostos, desde cedo. Só assim, não se tenta construir uma sociedade em que prevaleçam os valores que vem sido estabelecidos como prioritários pela sociedade, tornando-se assim iguais, mas redefine-se os próprios critérios de valoração. Vemos nos ambientes escolares uma oportunidade para o desenvolvimento cotidiano desse conhecimento e superação das opressões.

2. Breve panorama do movimento de cursinhos populares no Brasil

Saviani estabelece o começo da institucionalização da educação junto à emergência das cidades, da propriedade privada e do Estado. O surgimento da escola tal qual conhecemos hoje foi um marco nas relações sociais, pois a ela está intrinsicamente ligado o capital, o qual torna-se cada vez mais presente na sociedade e, como não poderia deixar de ser, nas instituições. O autor argumenta ainda que a escola, dentro desse contexto, é uma das responsáveis em manter e

sustentar a desigualdade de classes, pois a educação, em um primeiro momento, não será para todos. E mesmo no Brasil, quando na década de 30, inicia-se o processo de construção de um sistema nacional de educação pública, vemos que este não cumpre o sonho da ascensão social.

Assim, quando pensamos em educação, é preciso, entre outras coisas, problematizar essa prática e confrontá-la com outras questões, como poder, trabalho, alienação, dominação, democracia, coletividade e liberdade. Podemos afirmar que mesmo hoje, a maioria dos agentes da instituição escolar ainda atua de maneira a estruturar a educação e suas políticas por meio dos quatro primeiros pontos levantados acima, enquanto as outras três categorias, estariam relacionadas a uma outra ideia de educação mais ligada a problematização e ao confrontamento da sociedade de classes, como pode ser visto, nas práticas de educação popular inaugurada por Paulo Freire em Recife-PE na segunda metade da década de 1950.

É neste contexto, juntamente às primeiras experiências de Freire na educação popular, que surge o movimento de cursinhos populares, o qual nasce da tentativa em articular e ressignificar a participação dos diversos outros movimentos sociais brasileiros. Temos, neste período, cursinhos alternativos como o da Poli, na Faculdade Politécnica da USP em São Paulo, do CAASO, na USP-São Carlos e o Cursinho da FFLCH-USP, o qual baseava-se na valorização da educação e cultura populares difundidas tanto pelo CPC-UNE quanto pelo método Paulo Freire.

Em 1980 há a retomada do cursinho da Poli pelo movimento estudantil, trata-se de um novo momento dos cursinhos populares. A discussão sobre cotas raciais começa a surgir e aparecem cursinhos populares diretamente ligados ao movimento negro, como é o caso do cursinho Pré-Vestibular para Negros e Carentes na cidade de São João do Meriti, no Rio de Janeiro, na década de 1990. Ainda hoje, o movimento de cursinhos populares e o movimento negro estão muito próximos, como é o caso de cursinhos como o do Núcleo de Consciência Negra da USP, em São Paulo, o da Educafro, entre outros.

3. A Rede Emancipa e a unidade Florestan Fernandes

A Rede Emancipa (RE) surge em 2007, a partir de um rompimento do cursinho da Poli, que passa a cobrar mensalidade. Em 2012, a RE começa com 11 unidades de cursinhos populares pela cidade de São Paulo, e hoje já são mais de 3000 vagas por todo o país. O trabalho que aqui segue tem como foco a unidade Florestan Fernandes (CPFF), que acontece aos sábados no prédio de História da FFLCH-USP.

O corpo docente é formado por professoras voluntárias, bem como a coordenação do cursinho. Dado o caráter de educação popular do CPFF, os professores e a coordenação buscam organizar juntos as ações pedagógicas. O CPFF atendente majoritariamente alunas de escolas públicas do segundo e terceiro ano do Ensino Médio, oriundos não somente da comunidade local, como também das regiões adjacentes, como Taboão da Serra e Osasco. Em sua grande maioria, as alunas do CPFF já trabalham e por isso optam pela aulas aos sábados.

Ao todo, o CPFF possui quatro turmas: duas com inícios em fevereiro (intensivo), e duas que começando em agosto (extensivo). As aulas acontecem aos sábados, das oito horas da manhã às seis horas da tarde. Desde agosto deste ano, o CPFF conta com uma pequena biblioteca, porém esta ainda não fica aberta aos alunos, é apenas utilizada pelas professoras, existe a pretensão em organizar e catalogar o acervo de livros para que no próximo ano seja possível deixá-los disponíveis para as alunas.

Como mencionado o CPFF é um cursinho popular, esse dado faz com que ele se distinga, não ingenuamente, dos grandes cursinhos pré-vestibulares, como Anglo, Etapa, Objetivo, por exemplo. Não há nenhum pré-requisito para ser aluno do CPFF, é necessário apenas uma cópia do RG e o preenchimento da ficha de inscrição. É importante também destacar os desafios a que está submetido o CPFF. As turmas sempre começam com bastantes alunos, este ano, as salas chegaram a ter cerca de 70 alunos cada uma. No entanto, a evasão é grande, muitos alunos abandonam o curso. Por isso, um dos temas mais discutidos pelas professoras é como diminuir essa saída de alunas. Ademais, há o fator temporal, as aulas são apenas aos sábados e precisam dar conta de todo o conteúdo que os vestibulares pedem. Algumas alunas costumam vir com uma defasagem de suas escolas, por esse motivo, é necessário também pensar em como se dará o processo de aprendizagem em uma turma tão heterogênea. O CPFF precisa, a uma só vez, buscar a autonomia das alunas, colocando-as como sujeito de seu processo de aprendizagem, uma vez que isto faz parte da raiz da Educação Popular, e abordar os conteúdos dos vestibulares, os quais sabemos ainda estão muito baseados em uma educação instrumental e de memorização, a qual confronta a ideia de alunas ativas.

4. Os Círculos: um caso de estudo

Quando começam os cursinhos populares da Rede Emancipa, entendendo a prática educacional como via para a autonomia e para o desenvolvimento do pensamento crítico, a rede inclui em sua grade uma disciplina chamada “Círculo”, que são aulas destina-

das a discussões sobre temas como racismo, imigração, falta d'água, machismo, redução da maioridade penal, entre outros. Trata-se de um espaço em que as professoras buscam promover um diálogo majoritariamente entre as alunas, incentivando que estas debatam entre si os temas propostos.

No começo deste ano, houveram diversas reuniões sobre a programação dos Círculos, percebeu-se que nos anos anteriores muitas das discussões eram feitas de maneira superficial, de modo a dificultar a saída do senso comum que costuma preponderar. Por essa razão, as professoras do cursinho FF, decidiram que os temas dos círculos deveriam, sempre que possível, ser trabalhados também durante as aulas, através, por exemplo, do uso de tabelas com estatísticas, em Matemática, como tema de redação. Deste modo, as alunas teriam um conhecimento interdisciplinar de questões que fazem parte de seu cotidiano. Além disso, decidiu-se também dividir os meses em temas gerais e dar ênfase nas opressões, por exemplo, no mês de março ficou estipulado que o tema geral seria gênero e sexualidade. Os sábados deste mês discutiriam machismo, lgbtfobia, transfobia e aborto. Assim, poderia haver uma discussão mais aprofundada sobre os temas, pois os alunos ao longo de cada sábado debateriam vertentes diferentes de um mesmo assunto. Ademais as aulas de sociologia também se alinhariam a estes temas, permitindo assim que as alunas entrem em contato com termos utilizados pela sociologia, auxiliando com que os argumentos utilizados no debate saíam da lógica subjetiva e individual.

Como vimos, desde seu início, os cursinhos populares tem como grande aliado o movimento negro. E isto com certeza não é coincidência. Quando buscamos os números de alunas negras nas universidades públicas, vemos que elas são esmagadoramente a minoria. Muito embora, este quadro esteja mudando devido à adoção de cotas raciais por parte das universidades federais. Ao dar ênfase nas opressões, o CPFF afirma um posicionamento político e reconhece que a meritocracia – por meio do vestibular - como método único de entrada à universidade pública não promove a igualdade de direitos, senão o contrário, contribui para a desigualdade social e deixa de fora as pessoas minorias. Faz-se importante salientar que muitas vezes, estes dados não estão separados, é dizer, um pessoa trans branca tem mais chances de entrar na universidade que uma pessoa trans negra, assim como um homem negro tem mais chances de estar na universidade que a mulher negra. Estas chances não são decorrentes da capacidade intelectual de cada uma, mas de uma estrutura social historicamente construída, fundamentada no capitalismo, no patriarcado e no racismo, que no Brasil viveu seu modo mais perverso durante quase 400 anos, a escravidão. Por essa razão, é impossível falar em educação popular sem que a atual condição da negra no Brasil seja posta em lugar de destaque.

No que tange a participação das mulheres na universidade pública, sabemos que hoje elas já são maioria na graduação, ainda que em alguns cursos, sua participação seja pequena. Na pós-graduação esse quadro diminui e quando passamos para cargos de poder como, professora universitária, chefe de departamento, reitora, entre outros, vemos que a representatividade é bastante pequena, ainda tratam-se de espaços de disputa. Devido a isso, quando chegamos à universidade, nos deparamos com um currículo majoritariamente feito por homens brancos para homens brancos.

Feitas as devidas observações, fica evidente a necessidade de se falar em minorias, principalmente no ambiente educacional, que por muitas vezes resulta em ser um grande multiplicador de opressões. Vimos em 2015, como foi desastrosa a tentativa de inclusão das discussões sobre gênero no currículo da Educação Básica.

Para Mary Wollstonecraft, a educação exerce papel essencial na identificação da possibilidade de transformação dessa situação de desigualdade, já que a partir dela é possível a construção diária de autoconhecimento e autonomia. O CPFF vai nesta direção ao por no centro de sua grade pedagógica os chamados Círculos. Assim, aproveitando-se deste modelo da Rede Emancipa, o CPFF quer não só fomentar a discussão sobre as minorias, como também acredita que este espaço seja importante para o empoderamento e autonomia das alunas, conforme se verificou na prática ao longo deste ano.

Como já mencionado, houve reuniões antes do início das aulas do CPFF para decidir quais seriam os temas mensais dos círculos, os 4 primeiros meses seriam destinados respectivamente à educação, gênero e sexualidade e racismo. Foi importante debater sobre educação para desmistificar o vestibular e apresentar como este se apresenta falsa e perversamente como uma via de entrada à universidade pública, de modo a fazer a aluna acreditar que só não passou por não ter se esforçado o bastante.

Contudo foram nas discussões sobre gênero e sexualidade que percebeu-se, de modo mais contundente, a importância em deste espaço que privilegia a voz das alunas. Não se trata de dar voz, mas de promover lugares em que elas possam ser as protagonistas. Com certeza, a sala de aula também necessita desta configuração, mas romper com este modelo é difícil, inclusive para as alunas, nota-se que sempre que a professora ínsita o diálogo, em um primeiro momento se depara com o silêncio. Em se tratando de um cursinho pré-vestibular, temos alunas que estão no fim do ciclo escolar básico, ou seja, muito provavelmente estão acostumadas ao

silenciamento de maneira tal, que este chega a estar naturalizado. Por isso, quando há momentos como os Círculos, é como se as alunas sentissem que podem falar qualquer coisa, diferente do que costumam achar nos momentos de classe.

Retomando o que dizíamos sobre os Círculos sobre gênero e sexualidade, é interessante perceber como muitas vezes as vozes que puxam as discussões, ainda que seja em defesa das minorias, vem majoritariamente dos grupos privilegiados. Em um círculo sobre machismo, eram principalmente homens que falavam o que poderia ser considerado machismo ou não. No último Círculo desta seção, que teve como tema o aborto, mais mulheres falaram se comparado ao primeiro encontro, mas as vozes masculinas ainda preponderavam.

Ainda sobre os Círculos de gênero e sexualidade, foi a partir das discussões sobre homofobia que partiu das alunas a ideia de fazer um coletivo LGBT autoorganizado do CPFF. Percebe-se que através do espaço coletivo e democrático dos Círculos, as alunas vão se sentindo à vontade também durantes as aulas. Ao longo do primeiro semestre, muitos foram os relatos de alunas em relação à vivência dos Círculos, falas como "Agora na minha casa, eu faço igual no círculo, junto todo mundo pra debater", "Consegui contar para os meus pais que sou gay", "Fiz um seminário sobre feminismo na minha sala" surgiam a cada sábado.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo CPFF, como comentado, é a evasão de alunas, o número chega a cair a menos da metade da quantidade inicial. Estratégias pedagógicas e evasão de alunas são sempre os temas centrais das reuniões entre as professoras do CPFF. No entanto, embora seja possível constatar quais são as causas dessa saída de alunas, muito mais difícil é alcançar sua diminuição. Este ano, com a nova organização dos Círculos, notou-se uma menor evasão, não porque os Círculos em si mesmos tornassem o CPFF mais atraente, mas porque ele conseguia estabelecer laços afetivos, inimagináveis por nós professoras.

No final deste ano, nos deparamos outra vez com a diminuição de alunas, mas foi menor em relação a anos anteriores, e o que se constatou foi que as alunas que seguiram no CPFF eram sobretudo do coletivo LGBT e/ou de participantes ativas nos Círculos. Em outras palavras, a participação nos Círculos foi capaz de fazer com que as alunas tomassem para si o espaço do CPFF, motivando-as a seguirem até o final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto no presente trabalho, podemos afirmar que um dos maiores problemas experienciados pela educação hoje é a falta de autonomia e voz que sofre as alunas, de maneira a tal que seu silenciamento muitas vezes é internalizado, sendo considerado como a postura indicada em sala de aula.

Contudo, os jovens estão cada vez mais contestando este modelo educacional, que parece por muitas vezes querer tirar-lhes sua capacidade de pensar por si mesmos. As recentes ocupações das escolas públicas estaduais de São Paulo são a grande prova disso. Desse modo, quando o CPFF inclui em sua grade, um horário destinado à discussões atuais, em que o que se quer ouvir é exatamente a opinião das alunas, rompe com a lógica do silêncio e apatia e constrói nestas a ideia de pertencimento, à medida que também funciona como caminho de autonomia e empoderamento.

Os ambientes escolares são um importante, e para muitos o primeiro, espaço de socialização. Configuram-se neles momentos de descoberta empíricas e teóricas que tem relevante força na formação do indivíduo. É crucial, assim, atentar para a experiência dos estudantes nesses ambientes. Atualmente, as opressões (racismo, machismo transfobia, homofobia e lesbofobia) não só fazem parte, como são reforçadas no próprio espaço escolar, através de comportamentos do corpo docente e da própria administração.

Os direitos, apesar de não se edificarem apenas pelos discursos, se fundamentam fortemente neles e aí reside a importância da discussão sobre estes temas. É ingênua a idealização de uma escola totalmente isenta de opressão logo após a realização de atividades que tratem dessa questão, pelo fato de que a maior parte da composição desse ambiente é humana. Entretanto, pensar no "outro" da cultura, é, no limite, questionar o processo hierárquico de formação das relações humanas.

REFERÊNCIAS

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559>

SAVIANI, Dermeval. Os desafios da educação pública na sociedade de classes. In: ORSO, José Paulino. Educação, sociedade de classes e reformas universitárias. São Paulo: Autores Associados, 2007. p. 9-26.

VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte:

Autêntica, 2000, p. 95-134.